



Renato Garcia Freire Soares Pinto
UFF – Universidade Federal Fluminense
renatogarciafsp@gmail.com

1 – INTRODUÇÃO

O Brasil conheceu, a partir da segunda metade do século XX, um intenso processo de urbanização, passando de 36% de população urbana em 1950 para aproximadamente 84% no ano 2000, como informa o Censo 2000 do IBGE. Esse crescimento, segundo Maurício Abreu (1988), não foi acompanhado pelo crescimento das ofertas de moradia, principalmente nas grandes capitais, tendo assim como principais afetados, a parcela mais pobre da população. Essa falta de investimento pode ser vista e evidenciada na atuação do poder público associado ao capital privado durante a primeira metade do século XX, onde grandes cirurgias urbanas foram feitas beneficiando bairros centrais e próximos às áreas ditas nobres, em detrimento dos bairros periféricos e das favelas que entre eles se colocavam.

O Rio de Janeiro hoje segundo dados oficiais do IBGE e IPP, baseados no Censo 2010, tem aproximadamente 1.500.000 moradores em favelas dos quais apenas 20% vivem em áreas consideradas pelos mesmos órgãos “urbanizadas”. Esse número alarmante é de extrema importância para o entendimento da evolução urbana segmentada e segregatória do Rio de Janeiro

A partir desses números é possível ver que o fenômeno favela na cidade do Rio de Janeiro tomou proporções gigantescas ao longo dos anos, já que as primeiras favelas são citadas por Abreu (1994) como ocupadas no fim do século XIX, ou seja, em pouco tempo o crescimento das favelas supera em muito o da cidade. Portanto, é preciso entender os motivos que levam a esse crescimento, pois ele será fundamental para o entendimento da realidade das favelas pela cidade, principalmente na Zona Sul.

Partindo da proposição de Milton Santos (2000) de que o espaço é o “receptáculo de múltiplas determinações” e de que o território pode ser descrito como um “complexo onde se tece uma trama de relações complementares e conflitantes”, o artigo pretende evidenciar a importância das lutas populares e urbanas contras as



remoções de favelas na cidade do Rio de Janeiro, que por muito tempo foram o modo de combate a tais moradias, focando principalmente na história do Vidigal, que por muitas vezes foi alvo de tais ações, mas conseguiu permanecer em seu território. Tendo como base de análise a proposição de território de Milton Santos, o trabalho busca evidenciar a importância da comunhão e da soma de agentes internos e externos às comunidades nas lutas pela permanência.

2 – OBJETIVOS

Tendo como base a história da construção e a reprodução do espaço urbano da cidade do Rio de Janeiro através do sistema capitalista de produção, é possível observar diferentes agentes (re)produtores do espaço que ao longo dos anos atuam de forma distintas, combinados entre si, transformando assim a urbanização do Rio de Janeiro em um complexo de forças e poderes que se fundem em diferentes momentos e tem como produto um espaço diverso, caracterizado por lutas e conflitos espaço/territoriais constantes.

A dinâmica urbana que será retratada a partir do Vidigal exprime os conflitos e contradições que permeiam a sociedade e a urbanização do Rio de Janeiro, principalmente o conflito entre os diferentes atores sociais, que através de seus instrumentos de poder, se apropriam e transformam o espaço de diferentes formas, transformando-o assim em território em disputa.

Essa intensa e constante luta de classes será evidenciada a partir da realidade histórico/espacial do Vidigal, que tem dentro desde o início de sua formação uma intensa luta entre classes antagônicas que se amplia e se modifica ao passo da evolução dos agentes ativos inseridos nessa reprodução do espaço de lógica capitalista. Essa hierarquia na produção do território nas sociedades capitalistas sempre esteve marcada pela desigualdade nas relações sociais de produção, e é principalmente no meio urbano, onde estão concentradas as grandes massas populacionais, que esta desigualdade mais se evidencia atualmente.

Os conflitos que queremos salientar são principalmente as disputas territoriais, as lutas pelos espaços, baseadas nas relações de apropriação e dominação dos espaços urbanos, sob os diferentes momentos históricos e suas escalas de dominação e importância entre si. O controle do espaço, portanto funcionando como um instrumento



de dominação, de controle das classes sociais desfavorecidas primeiramente por parte do Estado, apoiado pelas classes sociais mais ricas e posteriormente pelas classes sociais mais abastadas que assumem esse papel, e tem no Estado um aliado.

A produção e a reprodução do espaço são, assim, elementos fundamentais à reprodução do capital e da sociedade como um todo, reprodução esta que se realiza no cotidiano e se modifica ao longo dos tempos.

Tendo em vista o crescimento e o adensamento da Zona Sul do Rio de Janeiro, o trabalho traz a tona um embate de classes sob um território específico da cidade, como primeiramente aconteceu no Centro, esse embate é mediado pelo setor público que privilegiando certos setores da sociedade, ataca as favelas, e de diversas maneiras tenta removê-las para localidades longínquas da cidade.

Sob essa realidade, temos o surgimento de favelas em diversa outras regiões da cidade, que serão alvos posteriores das mesmas ações. A partir do surgimento e do embate travado contra as favelas da Zona Sul, focaremos e finalizaremos o trabalho na favela do Vidigal, onde a luta pelo território se dá de diversas formas e por vários fatores, sendo um local de passagem para duas regiões abastadas (Leblon e São Conrado), assim também como pelo alto valor do território para o mercado imobiliário e turístico, sendo assim fruto de disputas desde sua formação, para que com isso tenhamos a devida proporção do embate e dos agentes que ontem e hoje dão significado ao território local.

O trabalho pretende, portanto entender o papel dos agentes reprodutores do espaço do Vidigal e quais os poderes que fizeram parte dessas tentativas de remoção assim também como identificar a participação dos setores contrários, responsáveis pela resistência que e de que forma ela ocorreu.

3 – METODOLOGIA

Tendo como princípio a evolução urbana da cidade do Rio de Janeiro e baseados no materialismo histórico dialético, pretendemos analisar as políticas públicas relacionadas às favelas adotadas na cidade do Rio de Janeiro ao longo dos últimos anos e trazê-las para a realidade do Vidigal, para á partir desse conhecimento, entender o papel dos agentes “supralocais”, tendo como figura principal o Estado, para posteriormente entender de que forma os agentes “locais” e “microlocais” que agem



em conflito e muitas vezes em comunhão atuam na construção e reprodução do espaço urbano.

Para isso é preciso trazer um contexto histórico que busque entender o processo de surgimento do Vidigal e também as ações do Estado que propiciaram seu crescimento, e posteriormente evidenciaram o embate em torno do espaço urbano, focando no caráter remocionista e higienista que durante os anos iniciais do surgimento da favela dominaram as pautas acadêmicas e noticiárias locais.

Temos como objetivo central, portanto, analisar os processos históricos que permitiram a construção desse território, passando por cada um dos momentos que contribuem para a realidade e ressaltando os conflitos de cada uma das épocas, para podemos entender o papel dos "agentes" citados por Leeds (1978), que atuam na construção da localidade, sendo eles "supralocais", "locais" e "microlocais" na reprodução do território do Vidigal. A partir desse momento mudaríamos a escala e passaríamos a entender o Vidigal como a partir de um "Plano Macro" (Alvito, 2006) para então buscar quais os agentes microlocais contribuem para a transformação e (re)produção constante do Vidigal, de dentro para fora.

A partir desse conhecimento poderemos entender a complexidade local através dos conflitos e contradições que se expressam no espaço urbano da favela, fugindo da visão generalizada e simplista imposta e difundida pela cidade dita "formal" ao longo dos anos.

É importante ressaltar que a favela na cidade do Rio de Janeiro e principalmente na Zona Sul, passa por diversos momentos distintos em relação à visão da sociedade sobre essa categoria habitacional. Sobre esses aspectos é importante observar que mesmo tendo em números absolutos e relativos uma das menores proporções de população e de população moradora de favela, ainda assim a Zona Sul da cidade é a com maior percentual de urbanização nas mesmas¹. Essa realidade evidencia o papel do Estado na produção do espaço, que ao longo dos anos investe de forma diferenciada em relação às regiões da cidade, assim também como em relação às favelas entre si, de acordo com as regiões em que estão inseridas e aos interesses em questão.

¹ Dados IPP - Favelas na cidade do Rio de Janeiro: o quadro populacional com base no Censo 2010 - Fernando Cavallieri, Adriana Vial - IPP/Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro.



O que queremos evidenciar nesse trabalho são as transformações das favelas da Zona Sul, usando como estudo de caso o Vidigal. Para isso buscaremos através das ações do Estado ao longo dos anos influenciaram diretamente ou indiretamente a reprodução do seu território, desde a construção das avenidas litorâneas, passando pelos os incentivos fiscais e políticos ao crescimento da região, às tentativas de remoção, antes e durante a Ditadura Militar, até os projetos relacionados à urbanização mais recentes.

Esse estudo acerca das ações do Estado tem como intuito entender de que forma essa população se organizou e reagiu a tais ações, assim como para explicitar o papel da Associação de Moradores, que surge dentro desse processo, atou e atua na mediação entre a população local e o Estado.

A partir desse entendimento relacionado aos agentes internos e externos, pró e contra a remoção e suas ações, podemos diferenciar o Vidigal de muitas outras favelas próximas, que não conseguiram resistir ao ímpeto remocionista que perdurou durante grande parte da história da favela no Rio de Janeiro e se faz presente ainda nos dias de hoje.

4 - RESULTADOS PRELIMINARES

A partir do entendimento histórico da urbanização do Rio de Janeiro, é possível evidenciar o papel ativo e passivo do Estado no surgimento e expansão das favelas por toda a cidade, inicialmente através da permissão para a ocupação de uma das faces do Morro Santo Antônio, passando pelas políticas remocionistas até as políticas de urbanização atuais.

Com base nos estudos de Maurício de Abreu (1988) é possível entender o papel primordial do Estado no surgimento das primeiras favelas da cidade, já que desde o início do crescimento urbano do Rio de Janeiro no século XVII, até o início da República, somando-se também a abolição da escravidão não houve nenhum investimento por parte dos governos em focado em melhorias urbanas na região central, resultando em um adensamento urbano/populacional associado à insalubridade. Essa falta de moradias na região central era então suprida pela existência dos cortiços e casas de cômodos que logo passam a ser inimigos públicos dos governantes e da iniciativa privada.



Somente a partir do crescimento da cidade e do estabelecimento de diversas moradias “insalubres” no centro é que surgem os primeiros estudos relacionados ao tema, que repletos de generalizações e conotações negativas, atentavam como solução única para esse novo problema urbano, a erradicação dos cortiços através do desmonte e remoção. O “Cabeça de Porco”, maior cortiço da cidade quando removido em 1893 marca uma o papel do Estado de catalisador desse fenômeno que nascia, que ao acabar com os cortiços e não mostrar alternativa a população potencializa a formação das favelas.

Os planos de remoção que se seguiram, principalmente o “Pereira Passos” veio reforçar a tendência do Estado, removendo a população mais pobre e indesejada, porém sem destiná-la e auxiliá-la, propiciando assim o surgimento de mais favelas ao redor do centro da cidade e também em outras regiões. Essas remoções evidenciam ainda o caráter elitista que o governo trataria a favela ao longo dos anos seguintes, colocando-a como parte não integrante da cidade, como “chaga” a ser removida, sempre em detrimento das classes mais abastadas e da iniciativa privada.

Com a expansão da cidade rumo as Zonas Sul e Norte, é vista também o surgimento das favelas por todas as regiões, inicialmente concentradas nas proximidades dos polos de expansão do comércio, indústria e serviços e posteriormente nas proximidades das vias de ligação.

A partir do momento em que a favela se torna uma realidade e se expande pela cidade, surgem novos planos de intervenção, estudos derivados e influenciados pelo Plano Pereira Passos, como o “Plano Agache” etc. Esses novos enfoques promoviam o mesmo tipo de intervenção, focando na remoção com solução principal e essa realidade perduraria até o fim da Ditadura Militar, onde impulsionado pelo aumento dos estudos, pela participação de diversos setores e do enfoque social. A partir da “redemocratização” a favela ganharia gradativamente mais voz sobre seu próprio destino, tendo agora a sua urbanização e plena tentativa de inserção dentro da cidade como um todo como uma das principais reivindicações das instituições que surgem no seu interior, para posteriormente serem aos poucos ouvidas pelo Estado.

Usando desse enfoque histórico sobre as favelas é possível desmistificar a ideia potencializada pelos estudos iniciais e largamente utilizada pela cidade formal ao longo dos anos, de que as favelas são inteiramente parecidas, pautadas pela ausência e

informalidade. Fugir de uma generalização do entendimento do que é a favela é de extrema importância para entendermos suas histórias específicas, seus agentes transformadores, para que principalmente o tratamento dado pelo Estado em comunhão com seus agentes internos seja eficiente a cada uma delas.

A evolução da favela na cidade do Rio de Janeiro produziu também efeitos nas ciências, que por muito tempo trataram a favela de forma generalizada, seja ela sua forma ocupação, suas carências, sua forma, sua população, sua economia etc. Fica evidente que esse olhar generalizado sobre as favelas se deu devido a pouca voz que as mesmas tiveram sobre sua participação nos estudos e na cidade, e que essa realidade ainda que tenha mudado e se transformado ao longo dos anos, perdura de certa forma até hoje.

A partir da já citada expansão das modalidades de moradia das classes mais pobres pelos vetores de expansão da cidade, mantendo como foco a Zona Sul da cidade é possível evidenciar a intensa relação de luta social que existe pelo solo urbano, e nesse caso específico se acentuaria entre as favelas e a cidade.

Esse embate social que já existia no centro se evidencia e se amplia a partir do entendimento e do processo de construção de uma “nova” Zona Sul, evidenciada por Copacabana, que serviria como símbolo de toda uma classe social e onde os embates espaciais e territoriais de classes seriam evidenciados a partir de então.

O crescimento das favelas na cidade do Rio de Janeiro de acordo com os censos e medições feitos ao longo dos anos, demonstra que a expansão desse tipo de moradia acontecia principalmente nos subúrbios e na Zona Norte, e hoje em dia na Zona Oeste, porém as principais remoções e intervenções por parte do Estado aconteciam na região com menor proporção e número absoluto de favelas e favelado.

Fica evidente que assim como nas remoções ocorridas na região central da cidade durante o período Pereira Passos, as remoções feitas na Zona Sul tinham caráter elitista, evidenciando a atuação do Estado em comunhão com a iniciativa privada, classes sócias mais abastadas e mercado imobiliário em prol de seus interesses únicos. Essas remoções e essa luta social são evidenciadas por O’Donnell quando retrata a mídia de Copacabana em relação ao surgimento dos primeiros casebres e também em Silva, que cita as remoções ocorridas na região.



Essa realidade se acentua a partir da criação das COHAB e dos Parques Proletários, onde na sua grande maioria eram transferidas as pessoas das favelas do Centro e Zona Sul para a já inchada Zona Norte e Oeste.

O surgimento do Vidigal, em uma região de extremo valor turístico e imobiliário, área de expansão da vida “Cilense” (CIL – Copacabana, Ipanema e Leblon) que já se via densamente ocupada em Copacabana e Ipanema deflagra novamente os interesses do Estado e da iniciativa privada, que através de remoções tentaram se desfazer da ocupação que ali existia.

Diferentemente de outras favelas na Zona Sul, o Vidigal conseguiu resistir através de uma junção de ações, civis, religiosas, jurídicas e que através de uma luta também com participação da imprensa conseguiu manter-se em seu local de origem.

5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

A resistência do Vidigal pode ser vista como um ponto fora da curva dentro da história do Rio de Janeiro já que diversas outras favelas não tiveram o mesmo êxito em suas lutas por permanência. Fica evidente que o Estado, ao longo de toda a história da cidade, se aliou aos interesses privados e aos interesses das classes mais abastadas, para legislar, propor e executar planos de produção e (re)produção urbana extremamente violentos e autoritários, colocando finalidades comerciais à frente da população pobre.

Essa realidade continua presente em nossas cidades, principalmente no Rio de Janeiro onde devido aos recentes grandes eventos o Estado precisou se fazer presente para garantir o território de expansão do capital das organizações privadas em detrimento das populações mais pobres que ali se reproduziam.

Além das iniciativas diretas do Estado, é possível ver também as constantes ações privadas que tem tomado conta do Vidigal e de diversas outras favelas nos últimos anos. Fica evidente que a favela tem se transformado a partir das ações internas e do Estado, que ao propiciarem basicamente infraestrutura e “segurança”, abriram o espaço para o mercado imobiliário e a iniciativa privada que até então não chegava, essas novas modalidades buscam na favela um mercado consumidor diferente, com isso a favela tem recebido constantes fluxos de investimentos privados que transformam e dão um novo resignificado ao território local.



Hoje o Vidigal é tido como um espaço de encontro entre classes, essa relação se dá principalmente pelo incentivo ao turismo, que traz recursos financeiros privados a favela, mas que somado aos processos já descritos, também é responsável direto pela intensa gentrificação que ocorre na favela. Portanto é importante identificar esse processo evidente no Vidigal, onde novas conjunturas são vistas e novos espaços são criados, evidenciados pelo poder aquisitivo privado que chega com cada vez mais força a Favela.

Esse novo significado pode ser entendido pelo conceito usado por Álvaro Ferreira “A cidade no século XXI” onde essa abertura da favela as classes mais abastadas não ocorre da mesma forma no sentido contrário, portanto os territórios e nesse caso o Vidigal funciona como contenção, barragem, onde o morador é aprisionado e tem sua liberdade e direito a cidade é reprimido, enquanto seu espaço é constantemente “invadido” e tomado por agentes externos. Rogério Haesbaert citando Robert Sack (1986) usa também do conceito de barragem, onde apenas um dos lados é reprimido quanto a seu acesso ao território.

O Vidigal como “point” turístico é, portanto excludente para sua própria população, onde os eventos culturais e recreativos são voltados aos turistas, que tem no Vidigal uma experiência “exótica”, que nega o acesso por meio de uma territorialidade financeira.

O entendimento dessa realidade se torna importante para continuar desmistificando o ideal de favela como local de ausência e pobreza, já que nesse mesmo território existe uma lógica de segregação que suprime direitos de seus moradores em detrimento de direitos externos.

6 - REFERÊNCIAS (Segundo a ABNT)

- ABREU, Maurício de Almeida. *Evolução Urbana do Rio de Janeiro*. IPLANRIO. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 1988.
- ABREU, Maurício de Almeida. *Reconstruindo uma História Esquecida – origem e expansão inicial das favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Espaço & Debates, nº37, 1994.
- ABREU, Maurício de A. e VAZ, Lilian F. *Sobre as origens da favela*. Salvador, Anais do IV Encontro Nacional da ANPUR, 1991, págs. 481/492.



- ALVITO, Marcos; ZALUAR, Alba. Um século de Favela. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- BRUM, Mario Sergio. Favelas e Remocionismo ontem e hoje: da Ditadura de 1964 aos Grandes Eventos, pág. 179-208 – O social em questão. Ano XVI – n. 29-2013.
- BRUM, Mário Sérgio. Ditadura civil-militar e favelas: estigma e restrições ao debate sobre a cidade (1969-1973). Cadernos metrópole. V. 11, N. 22. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais, 2012. p. 357-380.
- CAVALIERI, Fernando - Favelas no Rio – a importância da informação para as políticas públicas. O que é favela Afinal, 2009.
- FERREIRA, Álvaro. Favelas no Rio de Janeiro: nascimento, expansão, remoção e, agora, exclusão através de muros. Biblio 3W, Revista Bibliográfica de Geografia y Ciencias Sociales, Universidad de Barcelona, Vol. XIV, nº 828, 25 de junio de 2009.
- FERREIRA, Álvaro. A cidade no século XXI: segregação e banalização do espaço. Rio de Janeiro: Consequência, 2011.
- HAESBAERT, R. 2007. Sociedades biopolíticas de in-segurança e des-controle dos territórios. In: Oliveira, M. et al. (org.) O Brasil, a América Latina e o Mundo: Espacialidades Contemporâneas (II). Rio de Janeiro: Lamparina.
- LEEDS, Antony & LEEDS, Elizabeth. A sociologia do Brasil urbano. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.
- LEFEBVRE, Henri. A produção do espaço. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La production de l'espace . 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: início - fev.2006
- SACK, R. 1986. Human Territoriality. Cambridge: Cambridge University Press.
- SILVA, Marta do Nascimento A favela como expressão de conflitos no espaço urbano do Rio de Janeiro: o exemplo da zonal sul carioca / Marta do Nascimento Silva; orientador: Álvaro Ferreira. – Rio de Janeiro: PUC Departamento de Geografia, 2010.
- SILVA, Maria Laís Pereira da, 1944- Favelas Cariocas, 1930 – 1964/ Maria Laís Pereira da Silva, - Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.
- SILVA, Maria Laís Pereira da. VAZ, Lilian Fessler. GALIZA, Helena Rosa dos Santos. Grandes eventos, obras e remoções na cidade do Rio de Janeiro, do século XIX ao XXI.
- VALLADARES, Lícia, A Gênese da Favela Carioca, RBCS Vol. 15 numero 44 outubro/2000.